

PARECER JURÍDICO

Consultante: Pregoeiro

Referente: *impugnação de edital*

Procedimento nº 24/2019

Pregão presencial: 035/2019

Interessado (a) (s): A3D COMÉRCIO EIRILI – EPP

Trata-se de parecer jurídico acerca de impugnação apresentada ao edital do pregão 035/2019 que dispõe sobre a *AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO FURGÃO, ZERO QUILOMÉTRO, PARA ATENDER A DEMANDA DO 3º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE ARMAZÉM, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL.*

A empresa **A3D COMÉRCIO EIRILI – EPP** formulou impugnação sob a alegação de que o edital do processo acima identificado possui exigência excessiva ao ponto de restringir a competitividade do certame, eis que o descritivo do objeto assim dispõe: “*Comprovação de que a empresa participante é revenda autorizada conforme disposição legal Lei nº 6.279/1979.*”

Deste modo, requereu ao final a supressão de referida disposição para que haja maior abrangência de licitantes e posteriormente maior concorrência.

De início, cumpre ressaltar que o presente parecer opinativo tende tão somente a efetuar a análise objetiva a respeito dos aspectos legais quanto à a impugnação apresentada, sem adentrar ao mérito da viabilidade, necessidade ou mérito, eis que refere-se a ato de gestão e discricionário da Administração, matéria esta que refoge da COMPETÊNCIA deste departamento de consultoria.

Considerando que não compete à assessoria jurídica em sua manifestação adentrar ao mérito ou não do interesse da administração, trataremos no presente apenas pertinência legal do pedido.

É necessário frisar que todos os editais da Municipalidade são pautados sob a legalidade e na busca do aperfeiçoamento e aprimoramento da contratação e/ou aquisição de serviços e produtos de primeira qualidade.

Firme neste norte a administração **deve** envidar esforços no sentido de não limitar a participação de competidores nos procedimentos licitatórios, observando neste os princípios que o regem, notadamente o da legalidade insculpido no inciso II do art. 5º da novel Carta



Magna e para excluir ou modificar uma cláusula, antes se faz necessário verificar se, realmente, a mesma está incorreta, restritiva ou ilegal.

Em análise ao descritivo, percebe-se que existem características mínimas e também características específicas, pautadas na especialidade do objeto, qual seja *“aquisição de veículo 0 km modelo furgão (....)”* que acredita-se que foram estabelecidas tendo em vista as necessidades do Município.

Ocorre que, não poderia a administração restringir a participação de outros licitantes sob o fundamento de que apenas empresas que comprovem que são *revendas autorizadas poderiam participar*, eis que, tal condição acaba por frustrar o caráter competitivo da licitação.


Outrossim, o Município, deve seguir a sistemática de outros editais já lançados, inclusive na aquisição de veículo 0km, o quais pelo que se observa, foram lançados com maior abrangência e competitividade,

Assim, opina-se para que seja o edital suprimido, no tocante à exigência de *“Comprovação de que a empresa participante é revenda autorizada conforme disposição legal Lei n.º 6.279/1979.”*

Na oportunidade, aproveitamos o ensejo para informar que este documento trata-se apenas de um parecer jurídico, ou seja, um documento interno, não tendo o condão de conduzir decisões que competem ao Pregoeiro (neste caso), eis que é parecer de caráter opinativo, não vinculando o gestor a decidir conforme o que neste documento consta, pois *“o parecer não é ato administrativo, sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa”* (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. Malheiros Ed. 13ª ed. p.377).

É o parecer, s.m.j.

Encaminhe-se ao pregoeiro para que tome a decisão administrativa que entender necessária.


BRUNA MENDONÇA LEANDRO
Assessora Jurídica
OAB/SC 48956